

Ecoss de uma memória antiantifascista: a direita radical e a foibe na Itália

Mathews Nunes Mathias

Universidade Federal Fluminense

Recebido em: 28 out. 2024

Aprovado em: 02 set. 2025

Publicado em: 19 nov. 2025

Resumo

Este artigo propõe analisar os usos políticos da memória da *foibe* por parte da direita radical italiana nas últimas três décadas. Para tanto, buscarei analisar como a mobilização da memória dos massacres sofridos por italianos nas montanhas de Trieste durante a Segunda Guerra Mundial (*foibe*) tem servido para relativizar o Holocausto e isentar o fascismo de qualquer responsabilidade por crimes de guerra cometidos nos Bálcãs. A partir do estudo dos silêncios da memória da *foibe* na Itália, bem como da crise do paradigma antifascista nos anos 1990, pretende-se compreender como as narrativas em torno dos massacres sofridos por italianos na Segunda Guerra estruturaram as estratégias de normalização da direita radical no país. Ao mesmo tempo, o artigo problematiza os contantes apelos das direitas italianas por uma “reconciliação nacional” a partir do ponto de vista do chamado “antiantifascismo”, que iguala a violência fascista e antifascista e celebra resistentes e os chamados “ragazzi di Salò” como heróis da nação italiana.

Palavras-chave: *Foibe*. Extrema Direita. Memória. Antiantifascismo.

* Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense. Mestre e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mathewsmathias@id.uff.br

 <https://orcid.org/0009-0004-5733-253X>

 <http://lattes.cnpq.br/3789987062379743>

Echoes of an anti-fascist memory: the radical right and the foibe in Italy

Mathews Nunes Mathias

Fluminense Federal University

Received: 28th Oct. 2024

Approved: 02nd Sept. 2025

Published: 19th Nov 2025

Abstract

This article aims to analyze the political uses of the memory of the *foibe* by the Italian radical right in the last three decades. To this end, I will analyze how the mobilization of the memory of the massacres suffered by Italians in the mountains of Trieste during the Second World War (*foibe*) has served to relativize the Holocaust and exempt fascism from any responsibility for war crimes committed in the Balkans. By studying the silences of the memory of the *foibe* in Italy, as well as the crisis of the anti-fascist paradigm in the 1990s, the aim is to understand how the narratives surrounding the massacres suffered by Italians in the Second World War have structured the normalization strategies of the radical right in the country. At the same time, the article problematizes the Italian right's constant calls for "national reconciliation" from the point of view of so-called "anti-antifascism", which equates fascist and antifascist violence and celebrates resistance fighters and the so-called "*ragazzi di Salò*" as heroes of the Italian nation.

Keywords: *Foibe*. Extreme Right. Memory. Anti-antifascism.

* PhD candidate in History at the Fluminense Federal University. MA and BA in History from the Fluminense Federal University. E-mail: mathewsmathias@id.uff.br

 <https://orcid.org/0009-0004-5733-253X>

 <http://lattes.cnpq.br/3789987062379743>

Introdução

Em 10 de fevereiro de 2019, o então ministro do Interior e vice-primeiro-ministro italiano Matteo Salvini afirmou que “as crianças mortas nas *foibe* e as crianças de Auschwitz são iguais. Não existem vítimas de primeira classe e de segunda classe” (Ansa, 2019). A frase foi proferida na celebração oficial do chamado *Giorno del Ricordo* (Dia da Lembrança), data dedicada à memória de milhares de italianos perseguidos e assassinados pela resistência iugoslava comandada pelo marechal Josip Bros Tito, entre 1943 e 1945, em territórios que hoje fazem parte da Eslovênia e da Croácia. Para Salvini, as crianças italianas mortas por comunistas durante a Segunda Guerra deveriam ser lembradas da mesma forma que a Europa Ocidental costuma rememorar as crianças judias que morreram em campos de concentração nazistas.

O discurso de Salvini chama a atenção por várias razões. Em primeiro lugar, pelo uso da palavra “foibe”, que ainda é pouco conhecida fora da Itália. *Foibe* (no singular, foiba)¹ é um termo italiano que se refere a cavidades naturais do Planalto Cársico, mas que ao longo do tempo também se tornou sinônimo das violências sofridas por italianos na fronteira oriental durante a Segunda Guerra Mundial.² Nas semanas caóticas que se seguiram ao armistício de 8 de setembro de 1943, os partidários de Tito ocuparam a região de Venezia Giulia e perpetraram execuções em massa e atos de violência contra fascistas declarados e presumidos. O número de vítimas é incerto, mas estima-se que, entre outubro e novembro de 1943, cerca de 700 pessoas foram fuziladas e algumas lançadas ainda vivas nas *foibe*. A segunda onda de massacres ocorreu logo após a Libertação da Itália, em 25 de abril de 1945, e durou até o final de maio. Nesse período, cerca de 4 mil italianos foram jogados no mar Adriático, nas *foibe* ou em outras cavidades, como poços de minas da região. Outros morreram durante marchas exaustivas pela Iugoslávia, em prisões ou em campos de concentração iugoslavos (Cf. Pupo; Spazzali, 2003; Baracetti, 2009; Pirjevec, 2009). Nos anos que se seguiram aos massacres, aproximadamente 300 mil italianos decidiram deixar o novo estado da Iugoslávia para escapar não só do clima hostil no país (no rescaldo da guerra, os italianos eram identificados como antigos fascistas e, portanto, “inimigos do povo”), mas também do regime comunista (Cf. Colummi; Miccoli; Brondani, 1980; Pupo, 2005; Miletto, 2012).

Em comparação com outros crimes cometidos durante a Segunda Guerra, a *foibe* teve um número quase inexpressivo de vítimas. Estudiosos que realizaram pesquisas específicas sobre o tema, identificaram apenas dois ou três casos de crianças mortas nas *foibe* (Gobetti,

1 *Foiba* é um termo dialetal que deriva do latim “fóvea” (fossa).

2 Ao longo do texto, o termo “foibe” será utilizado no plural quando se referir especificamente aos massacres de italianos ou às cavidades do Planalto Cársico. Quando o objetivo for identificar o conjunto mais amplo de violências sofridas por italianos na região de Venezia Giulia durante a Segunda Guerra, o uso do termo estará no singular.

2019, s/p). No entanto, esse episódio trágico da participação da Itália no conflito se tornou símbolo da “brutalidade eslava” e da violência comunista. Entre as décadas de 1960 e 1980, a memória dos massacres e do êxodo juliano-dálmata foi inteiramente monopolizada pela direita radical italiana, pelos nostálgicos neofascistas e pelas associações de exilados, que passaram a classificar a *foibe* como o “Holocausto italiano”. A partir dos anos 1990, esses grupos passaram a afirmar que a execução de italianos na fronteira oriental poderia se equiparar a um genocídio uma vez que o objetivo de Tito seria a “limpeza étnica” da região. Nesse sentido, ao comparar as vítimas da *foibe* com as crianças mortas no Holocausto, Salvini recupera não só uma longa tradição de anticomunismo e relativização da Shoah por parte da direita radical na Itália, mas também um discurso que busca isentar o fascismo de qualquer responsabilidade por crimes de guerra cometidos nos Bálcãs.

Neste artigo, proponho uma análise sobre os usos políticos da memória da *foibe* por parte da direita radical italiana nas últimas três décadas. Para tanto, buscarei analisar como a mobilização da memória dos massacres sofridos por italianos nas montanhas de Trieste durante a Segunda Guerra Mundial (*foibe*) tem servido para relativizar o Holocausto e isentar o fascismo de qualquer responsabilidade por crimes de guerra cometidos nos Bálcãs. A partir do estudo dos silêncios da memória da *foibe* na Itália, bem como da crise do paradigma antifascista nos anos 1990, pretende-se compreender como as narrativas em torno dos massacres sofridos por italianos na Segunda Guerra estruturaram as estratégias de normalização da direita radical no país. Ao mesmo tempo, o artigo problematiza os contantes apelos das direitas italianas por uma “reconciliação nacional” a partir do ponto de vista do chamado “antiantifascismo”, conceito cunhado por Enzo Traverso (2021, p. 182-190), que designa as narrativas que igualam a violência fascista e antifascista e equiparam o fascismo a uma forma de totalitarismo por causa da sua proximidade com o comunismo.

Os silêncios da memória sobre a *foibe* na Itália

No final da Segunda Guerra Mundial, todas as nações europeias que sofreram com as agressões nazistas – tanto na Europa Ocidental quanto na Europa Central e do Leste – construíram uma memória baseada em pelo menos dois aspectos: 1) a criação de um “mito resistencialista” que apresentava as populações de cada nação unidas e engajadas numa luta heróica contra o opressor alemão; 2) a atribuição da culpa pela guerra e dos crimes cometidos durante o conflito somente aos nazistas (Cf. Judt, 1996). No caso específico da Itália, antes mesmo do fim da guerra, no começo de 1944, os governos de unidade nacional que se formaram a partir de um acordo entre a monarquia italiana e Comitê de Libertação Nacional investiram na exaltação da resistência contra os nazistas, descrita como uma grande luta popular de libertação nacional – o segundo *Risorgimento* – e na demonização da Alemanha e dos alemães.

A fim de evitar uma paz punitiva, os antifascistas elaboraram uma narrativa que distinguia a guerra do Eixo, travada pela Itália ao lado do Terceiro Reich entre junho de 1940 e setembro de 1943, e a chamada guerra dos Aliados contra o ocupante nazista e os “traidores” fascistas, que escolheram seguir com Mussolini até o fim, na República de Salò. De acordo essa narrativa, a Itália “democrática e antifascista” não deveria pagar pelos crimes da “Itália de Mussolini”, uma vez que a guerra do Eixo teria sido “imposta” aos italianos, assim como o Pacto de Aço firmado em maio de 1939 (Focardi, 2005, p. 13). Assim, o povo italiano foi apresentado como vítima do fascismo e de uma guerra desejada – desde sempre – apenas por Mussolini em conluio com os “odiosos alemães”. Segundo Filippo Focardi (2013), com o auxílio da propaganda aliada, os antifascistas buscaram estabelecer a dicotomia entre o “mau alemão” descrito como fanático, cruel e racista e o “bom italiano” caracterizado como pacífico e incapaz de cometer qualquer ato de violência. A imagem do alemão atroz e implacável contra populações civis indefesas e, sobretudo, contra os judeus foi contrastada com a representação dos italianos despreparados para uma guerra impopular e, ao mesmo tempo, solidários com todos que sofreram com os abusos e as violências perpetradas pelos nazistas.

Ora, tal construção simbólica possuía muitos inconvenientes. Na narrativa antifascista foram omitidos aspectos fundamentais como a existência de um consenso popular em torno do fascismo (Cf. De Felice, 1974; Santomassimo, 2019); o apoio prestado por uma multidão de italianos à declaração de guerra aos Aliados feita por Mussolini em junho de 1940³ e o fato de que a Resistência não poderia ser reduzida à luta contra o invasor estrangeiro e seu aliado nacional fascista, pois foi a expressão, a um só tempo, de uma guerra patriótica, civil e de classe (Cf. Pavone, 1991). Mais do que isso, a narrativa antifascista ajudou a costurar um denso manto de silêncio sobre as responsabilidades da Itália em relação ao Holocausto e, principalmente, sobre os crimes de guerra cometidos pelos fascistas, em particular, nos Bálcãs.

Sob esse aspecto, no imediato pós-guerra, os governos de unidade nacional não tinham nenhum interesse em destacar o caráter anti-eslavo do regime fascista que submeteu a Itália a um processo de italianização forçada, causou a deportação em massa de minorias eslovenas e croatas, levou milhares de resistentes a tribunais de exceção e condenou centenas de irredentistas à morte (Cf. Oliva, 2014; Focardi, 2010). Também não havia espaço para uma reflexão crítica a respeito da violenta ocupação da Iugoslávia em 1941 e o considerável número de civis iugoslavos enviados para campos de concentração italianos. O problema é que não é

3 Quando os nazistas invadiram a Polônia em setembro de 1939, a opinião pública italiana se mostrou refratária à entrada da Itália na guerra. De fato, o país não tinha os recursos necessários para uma participação efetiva no conflito. As finanças do Estado estavam em frangalhos depois das dispendiosas aventuras na Abissínia e na Espanha e, do ponto de vista militar, Mussolini comandava Forças Armadas “que estavam longe do seu ideal fascista”, resistiam aos planos de guerra e expansão do Duce e estavam “despreparadas para um combate exigente” (Kershaw, 2008, p. 184). Tudo começou a mudar a partir das vitórias avassaladoras dos alemães na front ocidental. Com a queda da França em 1940, a impressão de que a guerra já estava ganha cresceu entre os italianos e Mussolini teve certeza de que poderia se beneficiar das negociações de paz se a Itália estivesse do lado vencedor.

possível compreender a *foibe* sem considerar o contexto mais amplo de atuação do fascismo na região de Venezia Giulia.

É importante lembrar que, antes da Primeira Guerra Mundial, a província de Trieste fazia parte do Império Austro-Húngaro e abrigava comunidades italianas e eslavas. A maioria da população italiana desta região residia nas cidades e vilas costeiras, enquanto o campo e o interior eram habitados por croatas e eslovenos. No início do século XX, Trieste se tornou foco do irredentismo italiano, que afirmou a hegemonia da Itália nas regiões orientais devido à sua ligação histórica com o Império Romano e à prevalência de uma grande população de língua italiana. A província foi anexada ao Reino da Itália de acordo com o Tratado de Londres (1915) e o Tratado de Rapallo (1920), mas a incorporação da região não pôs fim aos conflitos étnicos. Pelo contrário, em 1920, Trieste se tornou palco das primeiras ações do *squadrismo* que, a fim de estabelecer a supremacia italiana naquele território, incendiou o Hotel Balkan – também conhecido como Narodni Dom (Casa do Povo) –, sede de organizações culturais e econômicas de eslovenos.⁴ À essa ação se seguiram outros atos violentos promovidos por membros do Partido Nacional Fascista (PNF), que contaram com a simpatia ou a cumplicidade de autoridades civis e militares ao longo de todo o *ventennio*.⁵ Com o controle dos órgãos de Estado, o regime fascista institucionalizou progressivamente a assimilação forçada das populações que não se identificavam como italianas. Uma série de leis e decretos de caráter repressivo atingiram aqueles que passaram a ser identificados como “alógenos”. A língua italiana se tornou obrigatória em locais públicos e até mesmo nas igrejas. Nomes de cidadãos eslovenos e croatas foram italianizados e todas as escolas foram fechadas (Cf. Hametz, 2005).

A opressão contra as minorias não italianas se agravou ainda mais a partir de abril de 1941, com a fulminante invasão da Iugoslávia, liderada pela Alemanha nazista em parceria com as potências do Eixo. Cerca de um terço do território da Iugoslávia passou a ser administrado pelas forças italianas, que encontraram forte resistência de partidários comunistas liderados por Josip Bros Tito. O marechal comunista propunha que, ao final da guerra, fosse estabelecido um Estado unitário, com base na igualdade de direitos de todos os povos iugoslavos e na reivindicação dos territórios anexados pela Itália no final da Grande Guerra. Os fascistas responderam com a destruição de casas e vilarejos inteiros, como tática de “terra arrasada” para impedir a propagação das guerrilhas, e a criação de campos de concentração que receberam cerca de 100 mil iugoslavos (Cf. Capogreco, 2001).

Após a proclamação do armistício italiano em setembro de 1943, o entusiasmo pela queda da Itália se somou à raiva de uma população que havia sido submetida a uma série de

4 O incêndio da Narodni Dom inspirou o livro *Il rogo nel porto* (2008), do escritor esloveno Boris Pahor, conhecido por *Necrópole*, clássico da “literatura de testemunho”. A história de *Il rogo nel porto* é contada através do olhar de duas crianças de origem eslovena que são forçadas a mudar os seus hábitos e brincadeiras diante da escalada da repressão fascista em Trieste.

5 *Ventennio*, como são chamados os vinte anos do regime fascista.

violências por parte dos fascistas que ocuparam a Iugoslávia. O desejo de vingança tomou conta de parte dos resistentes que, por ordem dos comandos partidários, prendem centenas de italianos sob a acusação de colaboração com o fascismo e o exército de ocupação. Depois de julgamentos sumários, a maior parte dos presos foram fuzilados e tiveram seus corpos lançados em poços de minas. Os justicamentos duraram até outubro de 1943, quando os nazistas conseguiram retomar a ocupação da Ístria e esmagaram os resistentes e parte da população civil considerada conivente com os atos de violência contra os italianos.⁶

Com o fim da guerra em 1945, mais uma vez, a euforia de parte da população iugoslava da região de Venezia Giulia se uniu ao desejo de acertar as contas com os seus antigos opressores. Entre maio e junho de 1945, período em que a Iugoslávia ocupou Trieste, essa tendência vingativa recebeu total apoio de Tito, que se empenhou numa série de expurgos com o objetivo de eliminar os responsáveis pela ocupação nazista e seus colaboracionistas. Naturalmente, os expurgos seguiram o modelo stalinista e não ficaram restritos à punição dos fascistas e criminosos de guerra, pois tinham como objetivo atingir todos os oponentes políticos e obter o maior consenso possível para o novo regime (Gobetti, 2021, s/p). Foram “expurgos preventivos”, portanto.⁷ Assim, durante o período que Trieste foi ocupada pelo exército de Tito, inúmeros civis, funcionários e soldados italianos foram presos e deportados para campos na Iugoslávia, e pouca informação foi dada aos familiares sobre a sua localização ou condição. Começaram a circular rumores sobre a captura de italianos que, depois de terem sido interrogados sob tortura, foram conduzidos pelos resistentes iugoslavos até a beira de poços, onde tiveram uma pedra pesada amarrada ao pescoço e, em seguida, foram fuzilados. Os corpos foram lançados no abismo e, em seguida, os guerrilheiros jogaram bombas dentro das cavidades para garantir que todas as vítimas morressem (McConnell, 2019, p. 123).⁸ Outros italianos foram coagidos a assinar uma petição pela anexação da região de Venezia Giulia à Iugoslávia. Estima-se que 4 mil pessoas foram assassinadas ao longo dos “quarenta dias” de ocupação iugoslava (*Vademecum per il Giorno del Ricordo*, 2019, p. 35).

6 Logo após a retomada da Ístria, os nazistas criaram uma forte propaganda que mostrava os corpos encontrados nas foibe, com o objetivo de destacar a “barbárie comunista” e se apresentar como os guardiões da ordem contra a anarquia e os massacres (Gobetti, 2021, s/p).

7 Vale lembrar que esse tipo de violência não atingiu apenas italianos. O objetivo de Tito era eliminar os responsáveis pela ocupação nazista e todos os colaboracionistas, independentemente da nacionalidade. Por isso, não foram poucos os soldados nazistas capturados e assassinados sumariamente pelos guerrilheiros. De qualquer forma, é inegável que a maior parte das vítimas eram italianas.

8 Ao assumirem o comando oficial após a retirada do exército jugoslavo em 12 de junho de 1945, membros das forças de ocupação Aliadas ouviram numerosos relatos de soldados e civis italianos sobre atrocidades cometidas contra eles no período de domínio iugoslavo. O Quartel-General Aliado na região decidiu realizar investigações, que incluíram escavações nos locais destas atrocidades e entrevistas com indivíduos que viveram durante a ocupação. Os testemunhos foram reunidos num relatório que foi distribuído entre as potências vencedoras.

Apesar da gravidade desses acontecimentos, ao longo da transição para a República e nas décadas seguintes, a memória da *foibe* enquanto experiência traumática da Itália durante a Segunda Guerra ficou restrita às famílias de vítimas e à memória regional de Venezia Giulia, sem alcançar status nacional. Logo após o armistício de 1943, quando Tito acusou formalmente a Itália de crimes contra a humanidade e crimes de guerra,⁹ o governo italiano chegou a encomendar uma investigação paralela que dava conta de relembrar os massacres das *foibe* e outros crimes cometidos por iugoslavos contra italianos. Ou seja, no imediato pós-guerra, a *foibe* só serviu como mais um exemplo de que a Itália teria sido vítima e não agressora durante a ocupação dos Bálcãs. No entanto, nos anos seguintes ao conflito, a tragédia italiana na fronteira oriental foi relativamente esquecida. Segundo Gianni Oliva (2014, s/p), as razões do “silêncio de Estado” sobre o assunto se deram tanto por questões nacionais quanto internacionais. A nível nacional, destacar os crimes cometidos pelos *partigiani* (ainda que fossem iugoslavos) poderia macular a imagem de uma Resistência heroica. Além disso, o governo italiano e as autoridades regionais de Venezia Giulia tinham consciência da sua posição enfraquecida no contexto europeu do pós-guerra, o que dificultava qualquer exigência de reconhecimento dos massacres por parte dos países vencedores.¹⁰ Ao mesmo tempo, era praticamente impossível falar da *foibe* sem mencionar as atrocidades cometidas pelos italianos durante o período fascista e a ocupação italiana da Iugoslávia – assunto sobre o qual quase ninguém estava disposto a discutir na Itália republicana.

A nível internacional, o rompimento da Iugoslávia com a União Soviética em 1948 também ajuda a explicar o silêncio sobre a *foibe*. Após a ruptura entre Tito e Stalin, os comunistas iugoslavos foram condenados por Moscou como “traidores” – avaliação que os comunistas italianos subscreveram – e o Ocidente buscou atrair a Iugoslávia para o seu campo. Nessa iniciativa, não cabia reconsiderar as ações violentas da resistência iugoslava contra italianos em Trieste após o final da guerra. Naquele momento, era mais fácil aceitar as

9 De acordo com o artigo 29 do Armistício de Cassibile, a Itália era obrigada a extraditar todos os suspeitos de terem cometido crimes de guerra para que eles fossem julgados nos países onde cometeram seus crimes. Com base nesse artigo e, posteriormente, nos termos do tratado de paz assinado em fevereiro de 1947, a Iugoslávia solicitou a extradição de mais 700 soldados e civis italianos. Porém, valendo-se da sua participação na guerra contra a Alemanha a partir de 1943, a Itália insistiu no direito de julgar os supostos criminosos na península, o que resultou em nenhum julgamento até os dias de hoje (Focardi, 2010, p. 139).

10 Gianni Oliva (2014, s/p) acrescenta o fato de que a situação da região de Venezia-Giulia era muito complicada, pois, ao contrário do que ocorreu no resto da Itália, esse território permaneceu sob administração aliada até setembro de 1947, quando o Tratado de Paz de Paris estabeleceu o Território Livre de Trieste, dividido em duas zonas administrativas: a Zona A, administrada pelo Governo Militar Aliado, e a Zona B, administrada pelo Governo Militar Iugoslavo. Para o governo de Alcide de Gasperi, essa divisão representava a fraqueza da liderança italiana tanto em relação às reivindicações iugoslavas quanto em relação aos Aliados. Nesse sentido, não falar sobre o que aconteceu durante a ocupação de Trieste pela Iugoslávia era silenciar sobre o tratado de paz, que simbolizava “a diminuição da soberania nacional” da Itália.

explicações apresentadas por Belgrado a respeito da *foibe*: as vítimas dos massacres eram fascistas que tiveram o que mereceram – simplificando um passado deveras complexo e “permitindo que os mitos da Resistência italiana e da *brava gente* florescessem” (McConnell, 2019, p. 131).¹¹ Assim, enquanto a Iugoslávia fosse um ator importante no contexto internacional, nenhuma força política italiana estava disposta a acusar a resistência iugoslava de crimes uma vez que os criminosos de guerra italianos nunca foram julgados e punidos.

A “reconciliação nacional” e a Itália como nação-vítima

O silêncio sobre a *foibe* durou pelo menos até a década de 1980 e 1990, com a morte de Tito (1980), a queda do Muro de Berlim (1989), a derrocada da União Soviética e a dissolução da Iugoslávia (1991-1992). Naquele momento, o retorno da guerra nos Bálcãs parecia confirmar os estereótipos da “barbárie eslava” que costumavam justificar os massacres das *foibe*. Os casos de limpeza étnica que ocorreram durante a guerra civil iugoslava foram utilizados para legitimar a experiência de vítimas italianas durante a Segunda Guerra e não foram poucos os que afirmaram que “tendências genocidas” exibidas na Iugoslávia durante as décadas de 1940 e 1990 eram inerentes aos povos eslavos e uma parte essencial da sua história como nação (McConnell, 2019, p. 133). Pamela Ballinger (2003, p. 146), autora de um estudo antropológico fundamental sobre os exilados da Ístria, chegou a relatar que, enquanto fazia sua pesquisa em Trieste nos anos 1990, era comum ouvir de parte da população que “o que os eslavos estão fazendo uns com os outros agora, eles fizeram conosco cinquenta anos atrás”.¹²

Ao mesmo tempo, a ascensão da memória da *foibe* nos anos 1990 também foi bastante influenciada por uma crítica crescente ao chamado “paradigma antifascista” que vigorou por décadas na Itália do pós-guerra. Ainda nos anos 1980, Renzo de Felice, o maior biógrafo de Mussolini, considerou que o dogma antifascista prejudicou a historicização do *ventennio*. Segundo ele, a maior parte dos historiadores confundiram pesquisa histórica com crítica política e se preocuparam mais com a “condenação ética e política do fascismo” do que com a inserção do regime de Mussolini na longa duração da história italiana, o que, de certa forma, ajudou a mistificar a Resistência (Traverso, 2021, p. 183). As intervenções de De Felice repercutiram bastante nos grandes meios de comunicação italianos, que passaram a investir na ampla divulgação de episódios controversos da atuação da Resistência, como o assassinato

11 Tradução nossa. No original: “allowing for the myths of the Italian resistance and the *brava gente* to flourish”.

12 Tradução nossa. No original: “What the Slavs are doing to one another they did to us fifty years ago”.

de Giovanni Gentile em 1944,¹³ os massacres promovidos por *partigiani* contra fascistas ou supostos fascistas no chamado “triângulo da morte” no imediato pós-guerra¹⁴ e a violência contra resistentes de outras tendências políticas por parte dos comunistas.¹⁵ Foi justamente neste contexto que a *foibe* passou a ser cada vez mais mobilizada como forma de igualar a violência promovida pelo fascismo e pelo antifascismo.

Nesse particular, o reordenamento do sistema político italiano também contribuiu para fustigar ainda mais o “paradigma antifascista”. A desintegração dos partidos tradicionais – da Democracia Cristã (DC) ao Partido Comunista Italiano (PCI) –, abalados pelo escândalo Targentopoli¹⁶ levou à afirmação de novos atores políticos como o *Forza Italia* (Força Itália) e a *Lega Nord* (Liga do Norte), desprovidos de vínculos históricos com a herança antifascista. A crise da chamada Primeira República também marcou a reabilitação do *Movimento Sociale Italiano* (MSI, Movimento Social Italiano), partido neofascista fundado em 1946, que reunia os nostálgicos de Salò, e se manteve no ostracismo na política italiana do pós-guerra. Nesse contexto, as direitas italianas passaram a pregar a necessidade de reconciliação entre antigos inimigos, fascistas e antifascistas (Focardi, 2005, s/p). Era chegada a hora de curar as feridas causadas pelo trauma do 8 de setembro de 1943,¹⁷ que rompeu a unidade nacional e

13 Giovanni Gentile, “o filósofo do fascismo”, foi assassinado por um Grupo de Ação Patriótica, de inspiração comunista, em 15 de abril de 1944, em Florença. A justificativa para o assassinato de Gentile se baseou na liderança exercida por ele durante o fascismo e no seu apoio à República de Salò. Porém, nos anos 1990, os responsáveis pelo homicídio foram estigmatizados como culpados de um assassinato político sem motivação.

14 O “triângulo da morte” se refere às cidades de Bolonha, Reggio Emilia e Ferrara, onde milhares de fascistas, ex-combatentes de Salò e ex-squadristi foram assassinados por militantes comunistas entre 1943 e 1949. Cf. STORCHI, Massimo. *Combattere si può vincere bisogna. La scelta della violenza fra Resistenza e dopoguerra* (Reggio Emilia 1943-1946). Marsilio: Veneza, 1998.

15 Sem dúvida, o chamado massacre de Porzus é o mais famoso. Em fevereiro de 1945, um grupo de *partigiani* ligados ao Partido Comunista Italiano (PCI) mataram dezessete membros da brigada de Osoppo, de orientação católica e socialista.

16 O escândalo se deu com a prisão em flagrante do empresário socialista Mario Chiesa em fevereiro de 1992. Em depoimento ao procurador de Milão, Antonio Di Pietro, Chiesa revelou uma sofisticada rede de subornos e corrupção que envolvia vários líderes políticos e empresários ligados à Democracia Cristã e ao Partido Socialista. O escândalo foi tão forte que os velhos partidos envolvidos não tiveram saída senão se dissolverem. A DC o fez em 1993 e o PSI em 1994. Foram efetuadas uma série de prisões na operação intitulada Mani Pulite (Mãos Limpas), que serviu de base para outras operações anticorrupção ao redor do mundo, como a Lava-Jato, no Brasil.

17 A data marca o anúncio do armistício que foi assinado em 3 de setembro e teve consequências terríveis para os italianos. Com um comunicado curto e ambíguo, o marechal Badoglio anunciou a rendição da Itália e, sem qualquer explicação ou ordens diretas aos órgãos de Estado e às Forças Armadas, fugiu de Roma junto com o rei Vittorio Emanuele III e os altos comandos militares, refugiando-se nos territórios já libertados pelos Aliados. A Itália foi abandonada à previsível vingança nazista. As tropas alemãs rapidamente assumiram o controle de pontos estratégicos (cidades, portos, infraestrutura industrial), desarmaram a maioria dos soldados italianos, que foram deportados para a Alemanha, e esmagaram todas as tentativas de resistência.

promoveu a “morte da pátria” (Cf. De Felice, 1995; Galli Della Loggia, 1996), superando o antagonismo que, segundo os parlamentares do MSI, só tinha servido para dividir os italianos nas décadas anteriores.

A partir de 1994, a pressão política por uma “reconciliação nacional” ganhou ainda mais força após o sucesso eleitoral da centro-direita, liderada pelo *Forza Italia* de Silvio Berlusconi. A coalizão vitoriosa contava com a participação do MSI que, pela primeira vez na história republicana, tinha conseguido alcançar 13,5% dos votos, após um intenso processo de reformulação. Chefiado por Gianfranco Fini, o MSI “pretendia manter a mensagem e os ideais de direita radical, mas rompendo com o saudosismo do passado, de forma a serem aceitos no establishment político” (Bertonha, 2024, p. 215). A rigor, o estigma de ter “traído a Itália” ao atuar como uma força colaboracionista com os alemães sempre pesou contra o MSI. Por isso, no campo da memória, Fini reforçou os apelos para que os chamados “ragazzi di Salò”¹⁸ fossem celebrados da mesma forma que os *partigiani* antifascistas, uma vez que todos eles teriam sido guiados pelo desejo de honrar a nação (Focardi, 2005, s/p). Para o MSI e outros setores de direita, essa iniciativa ajudaria a “construir uma memória histórica compartilhada por todos os italianos como base de uma identidade nacional comum”, que não se identificaria mais nos termos da divisão fascismo/antifascismo (Focardi, 2005, s/p).

Nesse sentido, a *foibe* se tornou um aspecto importante na estratégia de reabilitação e normalização do MSI e, posteriormente, da *Alleanza Nazionale* (AN, Aliança Nacional),¹⁹ pois a recuperação da memória dos massacres permitia que o partido camuflasse o estigma da colaboração com os nazistas no passado. De fato, ao retomar a memória da *foibe*, os membros do MSI buscavam se colocar como defensores da causa de todos os italianos – inclusive dos antifascistas – que foram vítimas do inimigo “eslavo” e dos titoístas, com a cumplicidade do PCI e a indiferença dos democratas cristãos (Franzineti, 2009, s/p). Nesse particular, a recuperação da memória da *foibe* também serviu à parte da esquerda italiana, que a fim de se afastar do contestado histórico de alinhamento dos comunistas italianos com a União Soviética, assumiu a “culpa” por ter silenciado sobre os crimes cometidos pela resistência contra a população italiana.

Portanto, a memória da *foibe* na Itália emergiu no debate público como um sintoma do antiantifascismo (Traverso, 2021, p. 184) ou daquilo que Emilio Gentile (2002) chamou de “processo de desfascistização do fascismo” promovido pela AN a partir dos anos 1990. Afinal,

18 A expressão “ragazzi di Salò” (“meninos de Salò”, em tradução livre) faz referência aos milhares de jovens italianos que decidiram lutar ao lado de Mussolini e da Alemanha nazista na República Social Italiana (RSI) até o final da guerra. Para uma discussão mais aprofundada a respeito das diferentes razões pelas quais esses jovens escolheram Salò e os usos políticos da sua memória, ver Oliva (2021).

19 A *Alleanza Nazionale* surgiu em 1995 como parte da estratégia de Gianfranco Fini de criar um partido de direita conservadora e abandonar quaisquer vínculos formais com grupos neonazistas, a nostalgia por Mussolini e os ideais de restauração do regime fascista. No entanto, os vínculos informais e simbólicos com o velho MSI continuaram (Bertonha, 2024, p. 215).

por trás dos apelos por “reconciliação” das direitas italianas, havia um claro objetivo de reabilitar, ao menos do ponto de vista moral, o fascismo e a experiência de Salò. Não por acaso, em 1992, o MSI ocupou a Piazza Venezia para comemorar os 70 anos da Marcha sobre Roma ostentando camisas negras e fazendo a saudação romana (Ignazi, 1994, p. 92). Em 1994, Gianfranco Fini declarou que Mussolini tinha sido “o maior estadista do século” (*La Stampa*, 1994) e membros da AN propuseram uma nova toponomástica das cidades italianas com ruas em homenagem aos fascistas históricos, como Giuseppe Bottai.²⁰ No entanto, diante dos intensos protestos das esquerdas contra essas iniciativas, das constantes críticas da opinião pública moderada para que Fini controlasse os extremistas do seu partido e das seguidas derrotas eleitorais, a AN percebeu que precisaria passar por uma “reciclagem maciça” (Bertonha, 2024, p. 215).

Embalado pela vitória eleitoral da centro-direita em 2001, Fini – nomeado vice-primeiro-ministro de Berlusconi – iniciou a ruptura com o passado fascista a partir do acerto de contas com o antissemitismo e a perseguição contra os judeus promovida pela República de Salò (Focardi, 2005, s/p). O “rito de purificação” de Fini passou por uma visita à Risiera di San Sabba – único campo de concentração nazista em território italiano – em junho de 2001; prosseguiu com uma entrevista concedida ao jornal israelense *Ha’aretz*, em setembro de 2002, quando pediu desculpas pelas leis raciais de 1938 e culminou com a sua viagem a Israel em novembro de 2003, na qual julgou o fascismo como “um mal absoluto” e corresponsável pelo Holocausto. De acordo com Focardi (2005, s/p), tais ações de Gianfranco Fini tinham como objetivo desvincular a AN de qualquer acusação de antissemitismo, o que a permitiria o partido falar sem hesitação sobre os méritos históricos do regime fascista e acusar as esquerdas de serem coniventes com os crimes cometidos pelo totalitarismo comunista.

Isso ficou bastante evidente em 30 de março de 2004, quando o parlamento italiano aprovou uma lei que instituiu o *Giorno del Ricordo* (“Dia da Lembrança”) em memória das vítimas da *foibe* e dos italianos expulsos da Ístria e da Dalmácia. Para esta comemoração foi escolhida a data de 10 de fevereiro, dia no qual o tratado de paz entre a Itália e as potências aliadas foi assinado em 1947 – o que resultou na perda da Ístria e da maior parte da região de

20 Em 1995, o então prefeito de Roma, Francesco Rutelli tentou nomear uma das ruas da cidade em homenagem a Giuseppe Bottai, um dos responsáveis pelas leis antissemitas adotadas pela Itália durante o fascismo. Segundo Rutelli, dedicar uma rua a Bottai seria uma contribuição à pacificação do país. Ele também justificava a escolha do nome de Bottai para a rua dizendo que o fascista contribuiu para a queda de Mussolini e elaborou uma lei de proteção ao patrimônio artístico. No entanto, o prefeito acabou recuando da proposta diante dos protestos de comunidades judaicas e de grupos antifascistas.

Veneza Giulia.²¹ É importante lembrar que a instituição do *Giorno del Ricordo* (Dia da Lembrança) na Itália ocorreu quatro anos depois da criação do *Giorno della Memoria* (Dia da Memória), data dedicada às vítimas do Holocausto. Promovida por dois deputados de centro-esquerda e aprovada quase por unanimidade, em 2000, a lei escolheu o dia 27 de janeiro²², data da “derrubada dos portões de Auschwitz” para lembrar “a Shoah (extermínio do povo judeu), as leis raciais, a perseguição italiana aos cidadãos judeus e os italianos que sofreram com deportações, prisões e morte” (art. 1).²³ No entanto, a aprovação da legislação incomodou a direita que exigia que as vítimas dos crimes comunistas também fossem lembradas. Assim, a instituição do Dia da Memória proporcionou aos defensores destas reivindicações um modelo comemorativo e uma valiosa moeda de troca: uma vez que a direita tinha votado a favor do Dia da Memória, a esquerda seria obrigada a apoiar um projeto de lei paralelo a favor das *foibe*. Partindo deste pressuposto, o deputado Roberto Menia, da AN, apresentou uma proposta de comemoração nacional ao parlamento em 2003, e, em 30 de março de 2004, a lei foi aprovada por ampla maioria, com a resistência de apenas vinte deputados e senadores comunistas.

É importante notar que o projeto de lei que criou o Dia da Lembrança partiu justamente de Roberto Menia, um político que é filho de um exilado da Ístria e fez a sua carreira em Trieste, cidade que foi palco dos massacres das *foibe* e, no pós-guerra, cultivou uma forte memória anticomunista e antieslava. Antes mesmo da aprovação da lei de 2004, Menia já tinha atuado em favor de projetos de lei que dedicavam as ruas de Trieste “aos mártires da *foibe*”, sempre a partir de uma perspectiva que silencia sobre qualquer responsabilidade do fascismo pela política de italianização forçada implementada na região e a repressão sangrenta que se seguiu à ocupação da Iugoslávia em 1941. As iniciativas de Menia e de outros políticos da AN em Trieste eram pautadas pelo desejo de celebrar os assassinados nas *foibe* como “mártires” da nação, sem distinguir entre aqueles que foram vítimas por serem italianos – presumidos fascistas na visão dos guerrilheiros iugoslavos – e os que foram trucidados em razão de crimes cometidos contra as populações eslavas durante o domínio fascista – vítimas de uma violência cruel, mas não exatamente desmotivada.

Concebido a partir de um ideal de “reconciliação nacional” que remonta aos apelos dos saudosistas de Salò no início dos anos 1990, o Dia da Lembrança se tornou extremamente

21 A escolha da data remete às disputas territoriais, pois há décadas, a direita radical italiana reivindica a devolução da Ístria e da costa da Dalmácia, hoje parte do território da Croácia.

22 Vale lembrar que, inicialmente o deputado Furio Colombo, dos Democratici di Sinistra (DS, Democratas de Esquerda) propôs o dia 16 de outubro, data que ficou conhecida como “Sabato Nero” (“Sábado Negro”) por marcar a invasão do gueto de Roma pelas forças nazifascistas em 1943. O episódio resultou na deportação de 1023 judeus para Auschwitz. A ideia de Colombo ao sugerir esta data era destacar as responsabilidades italianas no extermínio. No entanto, devido ao significado universal de Auschwitz, optou-se pelo dia 27 de janeiro.

23 O texto da lei foi consultado em Focardi (2005, p. 289-290), mas também está disponível em https://presidenza.governo.it/USRI/confessioni/norme/legge_211_2000.pdf (Acesso em: 19 out. 2024).

controverso e catalisador de uma série de tensões na sociedade italiana. De acordo com Eric Gobetti (2019, s/p), a proximidade temporal e terminológica com o Dia da Memória dá bem a medida da tentativa de assimilação da *foibe* ao Holocausto. Porém, o verdadeiro contraste do Dia da Lembrança talvez se dê em relação ao feriado do dia 25 de abril, data que marca a Libertação da Itália e ocupa lugar central na memória antifascista. Na perspectiva de parte da direita italiana, se os *partigiani* têm um feriado nacional, os “fascistas” também merecem ter um dia dedicado à memória deles. Afinal, independentemente das bandeiras, todos eram italianos que lutaram em nome da Itália, a nação que teria sido vítima tanto do nazismo quanto do comunismo. Foi justamente essa mensagem que Gianfranco Fini ecoou ainda em 1994: o 25 de abril deveria se tornar uma data antitotalitária e não mais antifascista (Franchi, 1994).²⁴

O segundo governo de Silvio Berlusconi também se valeu do serviço nacional de televisão para produzir uma série de ficções históricas dedicadas à *foibe*. O exemplo mais importante foi, sem dúvida, o filme *Il cuore nel pozzo*, lançado em 2005 na Radiotelevisione Italiana (RAI), televisão estatal italiana. A película, patrocinada pelo então ministro das Telecomunicações e deputado da AN, Maurizio Gasparri, e dirigida por Alberto Negrin, centrava-se na história na fuga de um grupo de crianças italianas dos guerrilheiros de Tito após o final da Segunda Guerra Mundial na região de Ístria. No filme, os italianos aparecem como vítimas de uma violência desmotivada enquanto os guerrilheiros comunistas iugoslavos são retratados como feras sanguinárias. A produção recebeu muitas críticas, sobretudo, de eslovenos que se sentiram profundamente ofendidos e ridicularizados pela representação dos resistentes iugoslavos. De todo modo, o filme deu bem a medida do tipo de narrativa que o governo Berlusconi desejava veicular: os italianos foram vítimas de uma violência imotivada na Segunda Guerra Mundial e a tragédia da *foibe* merecia ser reconhecida como um grande trauma nacional.

Mais recentemente, em 2018, outro filme, coproduzido pela RAI, chamado *Rosso Istria* tratou da temática da *foibe* a partir da história de uma das vítimas conhecidas da tragédia: a estudante Norma Cossetto. A jovem italiana de 23 anos foi estuprada e assassinada por guerrilheiros comunistas durante a primeira onda de violência que se abateu sobre a Ístria logo após o armistício de 1943. O corpo de Norma foi lançado numa *foiba* e encontrado dias depois, a mais de 100 metros de profundidade. O filme mostra que Norma teria sido assassinada simplesmente por ser italiana. Porém, alguns estudiosos rechaçam essa hipótese e afirmam categoricamente que Norma foi eliminada por ser uma fascista convicta (Cf. Gobetti, 2019; Scotti, 2022), aspecto que costuma ser minimizado ou silenciado na maior parte das homenagens feitas em memória da jovem. De qualquer forma, Norma Cossetto é reconhecida atualmente como a “Anne Frank italiana” e, em 2005, recebeu postumamente a Medalha de

24 Em 2000, a fala de Fini baseou uma proposta do ex-prefeito de Trieste, Riccardo Illy, de tornar o 25 de abril uma data em memória das vítimas de todos os totalitarismos, o que mereceu críticas duras da maior parte das esquerdas italianas.

Ouro ao Mérito Civil do presidente Carlo Azeglio Ciampi por seu “brilhante testemunho de coragem e amor à pátria”.

Nas últimas décadas, essa perspectiva antitotalitária também orientou a atuação de alguns grupos de eurodeputados italianos em relação à memória da *foibe* nas instituições da União Europeia (UE) (Cf. Vallerin, 2018; Sierp; Ortiz Cabrero, 2021). A rigor, desde meados da década de 1990, o Parlamento Europeu tem servido como uma arena para que vários expoentes da extrema direita e da centro-direita italiana reivindiquem a necessidade de inserir a memória dos trágicos acontecimentos vividos por italianos na fronteira oriental durante a Segunda Guerra no quadro mais amplo da memória europeia. Parlamentares ligados à antiga AN, ao Forza Italia e à Lega Nord passaram a requerer que as instituições europeias condenassem os chamados “crimes do comunismo”, em linha com as demandas de vários representantes de países da Europa Central e do Leste, que ingressaram na UE a partir de 2004, e consideram que além do nazismo, também foram vítimas do totalitarismo comunista. Essas reivindicações levaram a UE a adotar o “paradigma antitotalitário”, que coloca os crimes de Hitler e Stálin em pé de igualdade, com o objetivo de criminalizar o comunismo enquanto ideologia essencialmente maligna (Cf. Neumayer, 2019).

Porém, a atuação dos eurodeputados italianos demonstra que a oposição binária entre as interpretações “ocidentais” e “orientais” do passado no âmbito do Parlamento Europeu não é suficiente para compreender a complexidade do paradigma antitotalitário erguido pela UE nas últimas décadas. Eurodeputados da Itália – país que se orgulha por ter sido um dos membros fundadores do que hoje é a União Europeia – também têm se empenhado na legitimação da interpretação totalitária do passado comunista a partir da memória da *foibe*. Este tópico se tornou politicamente relevante para os eurodeputados italianos pouco antes e durante o quinto alargamento da UE, sobretudo, no contexto das negociações de adesão da Eslovênia e da Croácia. A quinta e a sexta legislatura do Parlamento Europeu (1999-2009) foram caracterizadas por intervenções contundentes por parte de políticos italianos – todos ligados aos blocos de direita – para tornar o reconhecimento da memória da *foibe* um dos pré-requisitos para o ingresso das repúblicas que formavam a ex-Iugoslávia. Até a nona legislatura (2019-2024), essas reivindicações nunca foram formalmente incluídas nos documentos de adesão ou em quaisquer outras resoluções ou propostas do Parlamento Europeu. No entanto, mesmo após a integração da Eslovênia e da Croácia, os eurodeputados italianos continuaram reivindicando o reconhecimento da memória da *foibe* como uma das tragédias “esquecidas” da Europa e como um “genocídio” perpetrado pelo totalitarismo comunista.

Considerações finais

Com a ascensão de Giorgia Meloni ao poder em 2022, a memória da *foibe* tende a ser cada vez mais mobilizada em favor de uma perspectiva que trata a Itália como vítima durante

a Segunda Guerra.²⁵ Vale lembrar que uma das primeiras ações de Meloni como ativista da AN na juventude se deu justamente numa campanha de “correção” da história sobre as vítimas das *foibe*. Em sua autobiografia intitulada *Io Sono Giorgia: le mie radici, le mie idee* (2021), a atual primeira-ministra italiana narra alguns episódios nos quais, junto com seus companheiros de partido, entrava em livrarias e carimbava os livros que tinham uma abordagem considerada mais à esquerda sobre a *foibe* com as palavras “falso, não compre” (Meloni, 2021, s/p). Essa perspectiva tem orientado as iniciativas da primeira-ministra na direção de consolidar políticas de memória sobre a *foibe* que isentam a Itália de qualquer responsabilidade por crimes de guerra cometidos nos Bálcãs; reafirmam determinados estereótipos (“barbárie eslava” oposta à “civilização italiana”; “extremismo ideológico comunista” oposto ao “pacífico regime fascista”) e reconstroem parcialmente os acontecimentos da fronteira oriental durante a Segunda Guerra a fim de demonstrar que os italianos foram vítimas inocentes de uma violência inexplicável.

Ora, não devemos negar a experiência assassina da *foibe*, que levou o terror para as montanhas de Trieste, onde os *partisans* de Tito trucidaram milhares de italianos durante a Segunda Guerra. No entanto, esses acontecimentos trágicos devem ser inscritos na história das relações conflitivas e das fronteiras flutuantes entre a Itália e a Iugoslávia; levando em conta a violência da ocupação fascista nos Bálcãs e a brutalidade da guerra antipartidária empreendida pelas forças do Eixo (Traverso, 2021, p. 189). Para compreender a *foibe*, não basta apontar o “totalitarismo comunista” como culpado. É preciso refletir sobre a construção de determinadas narrativas de direita que se baseiam na remoção deliberada dos crimes cometidos pelos fascistas desde a conquista da Líbia e da África Oriental, passando pelos bombardeios contra a Espanha republicana, até as atrocidades cometidas contra civis na Grécia, na União Soviética e na Iugoslávia. A única “reconciliação nacional” possível deve passar pelo reconhecimento de que a Itália foi vítima, mas, antes de tudo, algoz.

25 Em janeiro de 2024, o ministro da Cultura da Itália, Gennaro Sangiuliano, anunciou a aprovação do projeto de lei elaborado por Giorgia Meloni, que cria o Museo del Ricordo (Museu da Lembrança) em memória das vítimas das *foibe*, em Roma.

Referências

- ANSA. Giorno del Ricordo: Salvini: 'I bimbi di Auschwitz e quelli delle foibe sono uguali'. *Ansa*, Trieste, 10 fev. 2019.
- BALLINGER, Pamela. *History in Exile. Memory and Identity at the Borders of the Balkans*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2003.
- BARACETTI, Gaia. Foibe: Nationalism, Revenge and Ideology in Venezia Giulia and Istria, 1943-5. *Journal of Contemporary History*, v. 44, n. 4, p. 657-675, 2009.
- BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2024.
- CAPOGRECO, Carlo Spartaco. Una storia rimossa Dell'Italia Fascista. L'internamento dei civili Jugoslavi (1941-1943). *Studi Storici*, v. 42, n. 1, p. 203-230, 2001.
- COLUMMI, Cristiana; MICCOLI, Giovanni; BRONDANI, Annamaria. *Storia di un esodo. Istria 1945-1956*. Trieste: Istituto regionale per la storia del Movimento di liberazione nel Friuli-Venezia Giulia, 1980.
- DE FELICE, Renzo. *Mussolini il Duce, I, Gli anni del consenso. 1929-1936*. Turim: Einaudi, 1974.
- DE FELICE, Renzo. *Rosso e Nero*. Milano: Baldini & Castoldi, 1995.
- FOCARDI, Filippo. *La guerra della memoria*. La Resistenza nel dibattito politico italiano dal 1945 a oggi. Bari: Laterza, 2005.
- FOCARDI, Filippo. Italy as occupier in the Balkans: Remembrance and war crimes after 1945. In: ECHTERNKAMP, Jörg; MARTENS, Stefan (Eds.) *Experience and Memory. The Second World War*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2010.
- FOCARDI, Filippo. *Il cattivo tedesco e il bravo italiano*. La rimozione delle colpe nella Seconda guerra mondiale. Roma: Laterza, 2013.
- FRANCHI, Paolo. Fini: il mio 25 aprile? Antitotalitario. *Corriere della Sera*, 23 abr. 1994.
- FRANZINETTI, Guido. La riscoperta delle foibe. In: PIRJEVEC, Jože *Foibe*. Una storia d'Italia. Torino: Einaudi, 2009.
- GALLI DELLA LOGGIA, Ernesto. *La morte della patria*. Bari: Laterza, 1996.

GENTILE, Emilio. *Fascismo*. Storia e Interpretazione. Roma: Laterza, 2002.

GOBETTI, Eric. *E allora le foibe?* Fact checking: La storia alla prova dei fatti. Roma; Bari: Laterza, 2019.

HAMETZ, Maura. *Making Trieste Italian, 1918-1954*. Woodbridge: Boydell Press, 2005.

IGNAZI, Piero. *Postfascisti?* Dal Movimento sociale italiano ad Alleanza Nazionale. Bolonha: Il mulino, 1994.

IRSREC FVG, *Vademecum per il Giorno del Ricordo*, Istituto regionale per la storia della Resistenza e dell'Età contemporanea nel Friuli-Venezia Giulia, 2019. Disponível em: <https://www.irsrecfvg.eu/news/notizia/30/vademecum-per-il-giorno-del-ricordo> Acesso em: 25 out. 2024.

JUDT, Tony. The Past Is Another Country: Myth and Memory in Postwar Europe. *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, n. 87, p. 36-69, 1996.

KERSHAW, Ian. *Dez decisões que mudaram o mundo (1940-1941)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MCCONNELL, Elysa. International Disputes in the Italian-Yugoslavian Borderlands. *Les Cahiers Sirice*, v. 1, n. 22, p. 117-134, 2019.

MELONI, Giorgia. *Io Sono Giorgia: le mie radici, le mie idee*. Bolonha: Rizzoli, 2021.

MILETTO, Enrico (Ed.). *Senza più tornare*. L'esodo istriano, fiumano, dalmata e gli esodi nell'Europa del Novecento. Torino: SEB, 2012.

NEUMAYER, Laure. *The criminalisation of communism in the European political space after the Cold War*. London; New York: Routledge, 2019.

PAVONE, Claudio. *Una guerra civile*. Saggio storico sulla moralità della Resistenza. Turim: Bollati Boringhieri, 1991.

PIRJEVEC, Jože. *Foibe*. Una storia d'Italia. Torino: Einaudi, 2009.

OLIVA, Gianni. *Foibe: Le stragi negate degli italiani della Venezia Giulia e dell'Istria*. Milão: Mondadori, 2014.

PUPO, Raoul; SPAZZALI, Roberto. *Foibe*. Milano: Bruno Mondadori, 2003.

PUPPO, Raoul. *Il lungo esodo*. Istria; Milano: Le persecuzioni, le foibe, l'esilio; Rizzoli, 2005.

SANTOMASSIMO, Gianpasquale. Il consenso. In: DE GRAZIA, Victoria; LUZZATTO, Sergio (Org.). *Dizionario del fascismo*. Vol. 2. Turim: Einaudi, 2002.

SCOTTI, Giacomo. *Dossier Foibe*. Manni: Roma, 2022.

STATERA, Alberto. Il migliore resta Mussolini. *La Stampa*, 1 abr. 1994.

STORCHI, Massimo. *Combattere si può vincere bisogna*. La scelta della violenza fra Resistenza e dopoguerra (Reggio Emilia 1943-1946). Marsilio: Venezia, 1998.

SIERP, Aline; ORTIZ CABRERO, Lorena. Acting at the margins: Italian mnemonic activism in the European Parliament. *Politique Européenne*, v. 71, n. 1, p. 110-141, 2021.

TRAVERSO, Enzo. *As Novas Faces do Fascismo*. Populismo e a Extrema Direita. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

VALLERIN, Mattia. La memoria delle foibe e dell'esodo giuliano-dalmata. Le rivendicazioni della destra italiana e il dibattito nelle istituzioni europee. *Italia Contemporanea*, v. 288, p. 99-114, 2018.